

ENTREVISTA

"Reforma sem controle externo não é reforma"

**Entrevista com Sérgio Renault,
secretário de Reforma do Judiciário, por Bahiji Haje**

Nos últimos meses, a escalada do crime organizado no país colocou a reforma do Judiciário em evidência novamente. O assunto é dos mais polêmicos. Tramitando no Congresso há mais de 10 anos, a proposta de reforma tem gerado debates apaixonados, mas ainda não saiu do papel. Na tentativa de agilizar o processo, o governo Lula criou uma secretaria, no âmbito do Ministério da Justiça, especialmente para cuidar do tema. Trata-se da Secretaria de Reforma do Judiciário, que tem à frente o advogado Sérgio Rabello Tamm Renault. Na entrevista a seguir, ele fala dos objetivos do órgão e rebate as críticas contra o controle externo, uma das principais discordâncias dos juízes.

Em tempo – Em que etapa está o diagnóstico do Judiciário, que vem sendo elaborado por sua Secretaria?

Sérgio Renault – O diagnóstico do setor Judiciário está sendo iniciado por uma empresa de consultoria externa, independente, contratada pela secretaria de Reforma do Judiciário para este trabalho. O objetivo do diagnóstico é identificar pontos positivos e negativos da administração do Judiciário, de modo a podermos estabelecer parâmetros de produtividade e eficiência para o funcionamento dos tribunais, varas e juizados do país. Esperamos ter

os resultados do diagnóstico em cerca de quatro meses.

Em tempo – Por que o Ministério da Justiça não considerou a possibilidade de aproveitar a proposta que já tramita no Congresso Nacional há mais de 10 anos?

Renault – As discussões em torno da Reforma do Judiciário, feitas ao longo de quase 12 anos, foram muito ricas e há, certamente, pontos que podemos aproveitar. Entendemos, porém, que o resultado destas discussões, que é o projeto hoje em tramitação no Senado Federal (PEC 29/00), do jeito que

está, não se configura na reforma do Judiciário desejada pelo governo.

Em tempo – Quais são os principais pontos de concordância e de discordância com aquele projeto?

Renault – O projeto de reforma constitucional do Judiciário que foi aprovado na Câmara dos Deputados foi alterado no Senado. Uma das alterações com que não concordamos diz respeito ao órgão de controle do Poder Judiciário. O projeto que saiu da Câmara previa um órgão de controle externo, composto por magistrados, membros do Ministério Público, representantes da OAB e da sociedade civil. No Senado, a composição deste órgão foi alterada para abrigar apenas representantes dos magistrados. Virou um órgão de controle interno, o que não queremos. Defendemos um órgão de controle externo com a composição o mais ampla possível e com representantes da sociedade civil.

Em tempo – O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Nilson Naves, defende que seja aprovado imediatamente o que é consenso e deixadas as controvérsias para depois. Ele entende que são consensuais os seguintes pontos: súmula vinculante no âmbito do STJ, criação da Escola Nacional da Magistratura, atuação do Conselho de Justiça Federal como órgão corregedor. O que o senhor acha desta proposta?

Renault – Ainda estamos conversando com todos os setores envolvidos com o Judiciário para identificarmos o que é ou não consenso. A partir daí, estabeleceremos uma estratégia de ação.

Em tempo – O ministro Márcio Thomaz Bastos tem dito que o controle do Judiciário é o principal ponto da reforma. Por quê? No seu ponto de vista, como deveria ser, na prática, este controle?

Renault – Exato. Uma reforma que não contemple um órgão de controle externo não é a reforma do Judiciário que queremos. Como eu já disse, este órgão deve ter uma composição o mais ampla possível, com representantes dos magistrados, da OAB e também da sociedade civil. Ele terá como atribuição fiscalizar as atividades financeiras e administrativas do poder Judiciário, além de exercer controle sobre o cumprimento, por parte dos magistrados, de seus deveres funcionais. É importante destacar, porém, que este órgão não controlará a atividade jurisdicional, até porque isso é proibido pela Constituição Brasileira.

Em tempo – Como seria a composição e como seriam indicados ou escolhidos os membros de uma eventual comissão ou conselho de controle externo do Judiciário? E quais seriam suas atribuições?

Renault – Nossa intenção é que a composição seja a mais ampla possível. Na verdade, a composição e as atribuições deste órgão são os assuntos que devem dominar a discussão sobre o controle externo. Queremos ouvir todos os operadores do Direito e chegar ao maior consenso possível. Mas repito que este órgão não terá como função controlar a atividade jurisdicional dos juízes.

Em tempo – Membros do Judiciário têm criticado o controle externo. O ministro Nilson Naves, por exemplo, argumenta que o controle externo do Judiciário “bate de frente” com cláusulas pétreas da Constituição, que prevêm a independência e a harmonia entre os Poderes.

Renault – O controle externo do poder Judiciário baterá de frente com as cláusulas pétreas da Constituição se envolvesse o controle sobre a atividade jurisdicional dos juízes e não é isso que estamos propondo. Há um equívoco muito grande a este respeito.

Em tempo – O senhor defende a existência da súmula vinculante? Os juízes de primeira instância e os advogados, principalmente, alegam que esse procedimento “engessaria” e tolheria a liberdade do Judiciário.

Renault – O governo é contra a súmula vinculante, porque acreditamos que ela pode vir a sufocar a indepen-

dência e a criatividade dos juízes de primeira instância. Existem outras alternativas que podem ser adotadas para diminuir o volume de recursos nos tribunais, especialmente nos de instâncias superiores. Uma delas é a súmula impeditiva de recursos. A outra, a súmula administrativa.

Em tempo – A Procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Luiza Nagib Eluf, diz que o duplo grau de jurisdição no Judiciário, referindo-se aos tribunais superiores, é justo, mas questiona que, às vezes, torna-se “quádruplo grau de jurisdição”. Ela cita como exemplo que qualquer causa acaba subindo para o STJ ou para o TST e/ou para o STF, quando só excepcionalmente estas cortes deveriam ser chamadas a decidir sobre causas já várias vezes julgadas nas instâncias inferiores. Para ela, principalmente, o STF deveria ser preservado para interferir em causas que tratassem de questões constitucionais. Como o senhor vê esta questão?

Renault – A transformação do STF em Corte Constitucional é uma idéia que conta com a nossa simpatia, mas que ainda deve ser muito debatida pelas conseqüências que acarreta do ponto de vista de redistribuição de atribuições ao STJ, por exemplo.

Em tempo – Além do que o senhor já citou nas questões anteriores, o que mais considera importante numa reforma do Poder Ju-

diciário? E, destes pontos, o que avalia como sendo inegociável?

Renault – Uma das coisas que considero essencial para melhorar o funcionamento do poder Judiciário é a modernização da administração dos tribunais, varas e juizados e que não dependa da reforma constitucional do Judiciário que tramita no Congresso. E esta é uma das principais vertentes do trabalho da Secretaria.

Em tempo – De acordo com o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, em 2002 foram propostas 12 milhões de ações e, atualmente, tramitam na Justiça brasileira cerca de 2,5 milhões. Por outro lado, o país dispõe de 12.500 juízes, o que corresponde a um para cada 14 mil pessoas, sendo que a média internacional é de um para cada sete mil. O senhor considera que uma reforma do Judiciário, nos moldes pretendidos pelo Executivo, resolveria a questão da morosidade da Justiça, tão criticada pelo ministro Márcio Thomaz Bastos?

Renault – Há muito que se pode fazer para melhorar e acelerar o funcionamento do Poder Judiciário, que não depende de alterações legislativas. Uma de nossas prioridades, na secretaria de Reforma do Judiciário, é justamente propor medidas para melhorar a gestão da administração do Judiciário. Acreditamos que as inovações tecnológicas que já foram adotadas por vários seto-

res da sociedade ainda não estão sendo bem aproveitadas pelo judiciário. Há inúmeras iniciativas, em tribunais e varas pelo país, que estão dando certo e estão desburocratizando e agilizando a tramitação de processos. Queremos que estas experiências sejam divulgadas e ampliadas.

Em tempo – Há a intenção de contratar mais juízes? Ou esta questão esbarra no problema orçamentário da União?

Renault – Sim, existem propostas, no Congresso, de aumento do número de varas, que contam com o apoio do governo.

Em tempo – O presidente do TST, Francisco Fausto, critica a iniciativa de uma secretaria no âmbito do Poder Executivo para tratar da reforma do Judiciário. Para ele, a iniciativa deveria ser dar dentro do próprio Judiciário. Como o senhor vê esta questão?

Renault – A criação da Secretaria de Reforma do Judiciário reflete, em primeiro lugar, uma prioridade do governo Lula, que é melhorar o funcionamento do poder Judiciário. Acreditamos, também, que o poder Judiciário deve ter algum tipo de controle social, deve ser mais transparente à sociedade. Mas a secretaria não tem como proposta interferir na atuação dos juízes e sim articular debates e medidas que podem ser adotadas para melhorar o funcionamento do Judiciário. Nossa in-

tenção é trabalhar conjuntamente com os membros do Poder Judiciário para que este objetivo seja alcançado.

Em tempo – A reforma do Judiciário tem sido colocada, nas palavras do ministro Márcio Thomaz Bastos e do presidente Lula, como decisiva para combater a escalada do crime organizado no país. O senhor considera que ela seja capaz de cumprir essa função?

Renault – O mau funcionamento do Judiciário é um dos componentes que reforçam a sensação de impunidade que existe no país. Um Judiciário eficiente, portanto, é uma das vertentes necessárias para combater a escalada do crime organizado.

Quem é o secretário de Reforma do Judiciário

Aos 44 anos, Sérgio Rabello Tamm Renault é formado em Direito pela Uni-

versidade de São Paulo, em 1981. Foi secretário Especial da Reforma Administrativa da Prefeitura de São Paulo (1990 a 1992), na gestão de Luíza Erundina. De 1991 a 1992, acumulou o cargo com o de secretário de Administração. Na época, desenvolveu um projeto de descentralização da prefeitura paulista, com a criação de subprefeituras. Entre 1989 e 1990, foi chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo. Também foi Secretário Executivo da Associação Brasileira dos Secretários e Dirigentes das Finanças dos Municípios das Capitais, de 1989 a 1992. Em Brasília, foi consultor do Ministério das Comunicações na elaboração do anteprojeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, entre 1999 e 2000. Foi também consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Projeto de Modernização do Judiciário Brasileiro que, em 2002, fez um diagnóstico do setor Judiciário nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.